

Plano de Desenvolvimento Social

2024 - 2027

Conselho Local de Ação Social de Alpiarça



Edição

Câmara Municipal de Alpiarça
Gabinete de Ação Social e
Saúde

Município de Alpiarça**Apartado 25****2094-909 Alpiarça****243 559 100**

acaosocial@cm-alpiarca.pt
radar.social@cm-alpiarca.pt

Redação

Radar Social:
Ana Proença
Carolina Santos

Apoio Técnico

Núcleo Executivo

Orientação

Dr.ª Margarida Rosa Céu
Vice-Presidente da Câmara
Municipal de Alpiarça e
Presidente do CLAS

Miguel Moita

Dirigente Intermédio de 4º U.
O. Ação Social, Saúde,
Veterinária e Saúde Pública

Aprovado em Núcleo Executivo a 26 de setembro de 2024

Aprovado em Plenário de CLAS a 26 de setembro de 2024

ÍNDICE

Introdução	1
Metodologia	6
Eixo I – Habitação.....	7
Eixo II – População Migrante	9
Eixo III – Família e Comunidade	11
Eixo IV – Educação	13
Eixo V – Pessoas Idosas	15
Eixo VI – Empregabilidade	17
Eixo VII – Saúde	19
Eixo VIII – Segurança	21
Nota Final.....	23

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AEJR – Agrupamento de Escolas José Relvas

AIMA – Agência para a Integração Migrações e Asilo

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APEEAEJR – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas José Relvas

ARPICA – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça

CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CMA – Câmara Municipal de Alpiarça

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DS – Diagnóstico Social

EFA – Educação e Formação de Adultos

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

FJR – Fundação José Relvas

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

GNR – Guarda Nacional Republicana

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS – Instituto da Segurança Social

JFA – Junta de Freguesia de Alpiarça

OTL – Ocupação de Tempos Livres

PA – Plano de Ação

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade

USF – Unidade de Saúde Familiar

NOTA INTRODUTÓRIA

No presente Plano de Desenvolvimento Social (PDS), entende-se por:

- a) **Agregado familiar** – Conjunto de pessoas que vivem em comunhão de mesa e habitação, ligadas entre si por laços de parentesco, casamento, união de facto, afinidade familiar, adoção e situações similares, que se encontram na exclusiva dependência do requerente;

- b) **Agregado familiar vulnerável** – Indivíduos ou família cujo rendimento *per capita* seja igual ou inferior ao valor da Pensão Social, atualizada anualmente.

Introdução

A Rede Social é um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas que nela queiram participar. Estas entidades deverão concertar os seus esforços com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de novembro e o Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho.

A Rede Social deve funcionar numa lógica de articulação e numa dinâmica de cooperação, de forma a garantir a funcionalidade e coerência das atuações desenvolvidas, fundamentadas nos princípios de:

- **Subsidiariedade** - As decisões são tomadas ao nível mais próximo das populações e só depois de explorados todos os recursos e competências locais se apela a outros níveis sucessivos de encaminhamento e resolução de problemas;
- **Integração** - A intervenção social e o incremento de projetos locais de desenvolvimento integrado fazem-se através da congregação dos recursos da comunidade;
- **Articulação** - Procede-se à articulação da ação dos diferentes agentes com atividade na área territorial respetiva, através do desenvolvimento do trabalho em parceria, da cooperação e da partilha de responsabilidades;
- **Participação** - A participação deve abranger os atores sociais e as populações, em particular as mais desfavorecidas, e estender-se a todas as ações desenvolvidas;
- **Inovação** - Privilegia-se a mudança de atitudes e de culturas institucionais e a aquisição de novos saberes, inovando os processos de trabalho, as suas práticas e os modelos de intervenção face a novas problemáticas e alterações sociais;

- **Igualdade de género** - O planeamento e a intervenção integram a dimensão de género quer nas medidas e ações, quer na avaliação do impacto.

Estes princípios devem estar na base de todo o trabalho desenvolvido, promovendo um planeamento integrado, participado e sistemático, através da realização de um Pré-Diagnóstico Social, Diagnóstico Social (DS), Plano de Desenvolvimento Social e Planos de Ação (PA).

Na sua vertente estratégica o PDS define um conjunto de eixos, estratégias e objetivos de intervenção¹, baseado nas problemáticas definidas no DS. O PDS assume-se como o instrumento fulcral das políticas sociais locais nos próximos anos, devendo para tal, ser assumido por todas as entidades parceiras como um documento estruturante das suas atividades nos próximos anos.

Com uma vigência de quatro anos (2024-2027), o Plano de Desenvolvimento Social de Alpiarça ambiciona ser uma ferramenta que facilita a concordância de vontades, espelhando um entendimento planeado dos diversos intervenientes das entidades concelhias.

Assim, para os próximos quatro anos, estabeleceram-se os seguintes eixos de Intervenção:

- Eixo I: Habitação
- Eixo II: População migrante
- Eixo III: Família e comunidade
- Eixo IV: Educação
- Eixo V: Pessoas Idosas
- Eixo VI: Empregabilidade
- Eixo VII: Saúde
- Eixo VIII. Segurança

Para a operacionalização dos eixos apresentados é necessária a participação e envolvimento ativo de todas as entidades do Conselho Local de Ação Social

¹Fonte: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=1667A0041&nid=1667&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&o_miolo=&nversao=, consultado em 2024.

(CLAS), assim como de outras entidades que se considerem essenciais para a concretização dos mesmos.

O Plano de Desenvolvimento Social surge, como já foi referido, na sequência de outros documentos já elaborados e aprovados pelo CLAS de Alpiarça.

Para os quatro anos que compreendem a implementação do Plano de Desenvolvimento Social, os eixos apresentados, anteriormente, traduzem as grandes linhas orientadoras que permitem dar resposta aos problemas e necessidades identificados no Diagnóstico Social, apresentando-se como os pilares do PDS do concelho.

Problemáticas prioritárias identificadas no Diagnóstico Social:

HABITAÇÃO
Problemas / Necessidades
Falta de habitação a custos controlados
Más condições de habitabilidade especialmente na população idosa
Ausências de casas para arrendar com condições de habitabilidade
Habitações devolutas

POPULAÇÃO MIGRANTE
Problemas / Necessidades
Aumento do número de imigrantes a residir no concelho
Barreira linguística e cultural
Pobreza, vulnerabilidade e exclusão social
Habitação insuficiente

FAMÍLIA E COMUNIDADE
Problemas / Necessidades
Resposta insuficiente para Ocupação dos Tempos Livres (OTL) das crianças dos 6 aos 12 anos em período não letivo
Resposta insuficiente para OTL das crianças dos 3 aos 6 anos em período não letivo
Pouca oferta de respostas sociais para crianças dos 0 aos 3 anos
Inexistência de uma casa de emergência para casos sociais

EDUCAÇÃO
Problemas / Necessidades
Baixa escolaridade da população
Comportamentos de risco (abuso de álcool e drogas, bullying e cyber-bullying, abuso e coação sexual)
Poucas alternativas/diversificação da oferta educativa

PESSOAS IDOSAS
Problemas / Necessidades
Idosos em Isolamento social e solidão
Vagas insuficientes na resposta de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)
Falta de formação dos cuidadores formais e informais

EMPREGABILIDADE
Problemas / Necessidades
Desemprego
Fixação de emprego
Trabalho sazonal
Transportes públicos insuficientes

SAÚDE
Problemas / Necessidades
Ausência de resposta na área da saúde mental

SEGURANÇA
Problemas / Necessidades
Aumento da taxa de criminalidade
Aumento dos casos de violência doméstica
Condições deficientes de trabalho
Falta de informação sobre o funcionamento de algumas entidades/instituições (Guarda Nacional Republicana (GNR), Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), ...)

Este instrumento tem em vista a racionalização e rentabilização dos recursos existentes, de modo a colmatar as necessidades locais diagnosticadas.

Metodologia

O trabalho desenvolvido, ao nível da elaboração do PDS, tal como na elaboração dos documentos anteriores, resultou de um processo dinamizado pela Câmara Municipal de Alpiarça (CMA), sendo que a metodologia utilizada passou pela solicitação, junto das várias entidades constituintes do CLAS, de contributos que fossem ao encontro das problemáticas encontradas no Diagnóstico Social.

Assumindo uma lógica baseada no princípio de parceria e no reconhecimento de complementaridade, procedeu-se à definição de:

- Eixos estratégicos: definidos com base nas problemáticas analisadas no Diagnóstico Social, agora consideradas eixos de intervenção, podendo algumas coincidir com estas ou terem sido reformuladas numa perspectiva de desenvolvimento desejado para o concelho.
- Objetivo geral: objetivo de nível superior, enquadrado num determinado eixo de desenvolvimento, para o qual a intervenção contribui, mas que por si só não consegue garantir.
- Objetivos específicos: objetivos que devem ser alcançados com a intervenção e que contribuem para atingir um objetivo geral, ainda que possam ser insuficientes para tal.
- Estratégias de intervenção: apresentação descritiva do caminho a seguir para alcançar o objetivo geral, tendo em conta os caminhos possíveis para o conseguir.

Os objetivos devem ser realistas e exequíveis, traduzindo prioridades identificadas na fase de diagnóstico, sendo estas que condicionam o planeamento consubstanciado no plano de ação.

Eixo I – Habitação

O tema da habitação tem sido considerado o de maior importância e, conseqüentemente, o eixo mais prioritário.

É importante proceder-se ao acompanhamento da elaboração da Carta Municipal de Habitação de Alpiarça, para que, neste sentido, sejam criados programas que apoiem e incentivem os proprietários à recuperação e reabilitação de habitações degradadas e devolutas.

Visa-se, também, proceder à reavaliação dos processos e atualização do regulamento da habitação social, para que estas habitações sejam impreterivelmente destinadas a agregados familiares vulneráveis.

Outras estratégias a serem contempladas concernem na realização de reparações domésticas de agregados familiares vulneráveis e apoio na oferta/procura de eletrodomésticos/mobília, possibilitando a todos melhores condições de habitabilidade.

Eixo I - Habitação

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Entidades
<p>Melhoria de respostas a nível habitacional e reabilitação urbana</p>	<p>1. Desenvolver programas de recuperação de habitações degradadas e devolutas</p> <p>2. Ampliar e diversificar as possibilidades de acesso à habitação</p> <p>3. Melhorar as condições habitacionais de agregados familiares vulneráveis</p>	<p>1.1. Acompanhamento da elaboração da Carta Municipal de Habitação de Alpiarça;</p> <p>1.2. Divulgação de projetos habitacionais;</p> <p>1.3. Apoio a candidaturas no âmbito de projetos habitacionais;</p> <p>2.1. Reavaliação dos processos e atualização do regulamento da Habitação Social;</p> <p>3.1. Realização de reparações domésticas;</p> <p>3.2. Apoio na oferta/procura de eletrodomésticos/mobília e outros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ CMA ○ Junta de Freguesia de Alpiarça (JFA) ○ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) ○ Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT)

Eixo II – População Migrante

O aumento da população migrante é um tema frequentemente discutido em reuniões de CLAS, que gera preocupação à maior parte dos parceiros e, por isso, este passou a constituir o segundo eixo prioritário de intervenção.

O objetivo geral deste eixo incide na integração social e profissional da população migrante e, para isso, é imprescindível realizar um estudo de caracterização e identificação dos problemas da população migrante. O Diagnóstico Social de 2024, só contempla os dados disponíveis da população com estatuto legal de residente de 2022, o que não corresponde à realidade atual. Com o estudo proposto neste eixo, o conhecimento desta população será mais amplo e, conseqüentemente, melhor trabalhado.

A promoção da inclusão social da população migrante é um objetivo que visa melhorar a integração na cultura e na realidade local, tendo como estratégias a promoção de eventos interculturais e a promoção do associativismo migrante.

Eixo II – População Migrante

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Entidades
Integrar social e profissionalmente a população migrante	<ol style="list-style-type: none">1. Caracterizar a população migrante e identificar os seus problemas2. Promoção da inclusão e integração social	<ol style="list-style-type: none">1.1. Realização de um estudo sobre a população migrante no concelho;2.1. Promover evento intercultural;2.2. Promover o Associativismo migrante.	<ul style="list-style-type: none">○ CMA○ CLAIM○ Gabinete de Inserção Profissional (GIP)○ JFA○ Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC)○ Instituto da Segurança Social (ISS)

Eixo III – Família e Comunidade

A pouca oferta de resposta social de creche, para crianças dos 0 aos 3 anos, preocupa muitos munícipes, que acabam por ir à procura nos concelhos vizinhos. Assim, é importante reforçar esta resposta social a nível concelhio.

Uma problemática identificada neste eixo incide sobre a resposta insuficiente para as crianças dos 3 aos 6 anos e dos 6 aos 12 anos em período não letivo de verão. Pretende-se, assim, criar uma resposta para período não letivo de verão dos 3 aos 6 anos com a parceria de entidades privadas e aumentar a resposta para período não letivo de verão dos 6 aos 12 anos com a parceria de entidades parceiras do concelho.

Outro objetivo estratégico deste eixo contempla o desenvolvimento de soluções de emergência social, através de duas estratégias como: a procura de soluções de financiamento à criação de uma casa de acolhimento temporária de emergência, a qual não é e nem deve ser equiparada a uma habitação social, pois não é de permanência de longa duração, mas sim um acolhimento pontual de um indivíduo e/ou família. E a procura de soluções de financiamento à criação de uma Unidade de Cuidados Continuados nas diferentes tipologias (Unidade de Convalescença, Unidade de Média Duração e Reabilitação e Unidade de Longa Duração e Manutenção).

Eixo III – Família e Comunidade

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Entidades
<p>Reforçar a oferta/resposta para as crianças dos 0 aos 12 anos</p> <p>Desenvolver soluções de emergência social</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar a resposta social de creche 2. Aumentar respostas em período não letivo de verão para crianças dos 3 aos 6 anos 3. Aumentar respostas em período não letivo de verão para crianças dos 6 aos 12 anos 4. Criar respostas de emergência social temporária 	<ol style="list-style-type: none"> 1.1. Candidaturas para a resposta social de creche; 2.1. Criação de respostas em período não letivo de verão dos 3 aos 6 anos; 3.1. Promover reuniões com entidades parceiras para o aumento de respostas em período não letivo de verão dos 6 aos 12; 4.1. Procurar soluções de financiamento à criação de uma casa de acolhimento temporária de emergência; 4.2. Procurar soluções de financiamento à criação de Unidade de Cuidados Continuados. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ CMA ○ ISS ○ Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ○ Associações

Eixo IV – Educação

Os comportamentos de risco como o abuso de drogas e álcool, o bullying e cyberbullying e o abuso e coação sexual, são preocupantes na comunidade juvenil. Apesar de não existir dados concretos e reais, este eixo pretende realizar um estudo mais aprofundado dos comportamentos de risco e em que faixas etárias se incidem, para, posteriormente, sensibilizar e prevenir toda a comunidade escolar com o intuito de minimizar esta problemática.

A participação ativa dos pais/encarregados de educação na vida escolar dos filhos/educandos traz mais benefícios ao sucesso escolar destes, não descuidando, também, o empenho dos alunos como atores principais no desenvolvimento do percurso escolar. A promoção de estratégias que apontem no sentido da sensibilização e da responsabilização de ambas as partes, será certamente, benéfico para o processo de educação dos filhos e para melhores práticas parentais.

A adaptação da diversidade de oferta formativa ao nível de cursos profissionais em concordância com as necessidades do mercado de trabalho é incluída neste eixo, pois permite uma maior articulação entre a oferta de emprego e a formação necessária para tal.

Eixo IV - Educação

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Entidades
<p>Prevenir comportamentos de risco e melhorar as competências parentais dos pais/encarregados de educação</p> <p>Adaptar o ensino profissional à realidade do mercado de trabalho</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitar a comunidade escolar relativamente aos comportamentos de risco 2. Fortalecer a relação entre os pais/encarregados de educação e a escola 3. Melhorar a articulação entre as empresas locais/regionais e o Agrupamento de Escolas José Relvas (AEJR) 	<ol style="list-style-type: none"> 1.1. Realização de um estudo sobre os comportamentos de risco na comunidade escolar; 1.2. Dinamizar ações de sensibilização e prevenção dos comportamentos de risco; 2.1. Incentivar a participação ativa dos pais/encarregados de educação na vida escolar; 3.1. Ajustar a diversidade de ofertas formativas ao nível de cursos profissionais em consonância com as necessidades do mercado de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ CMA ○ AEJR ○ CPCJ ○ GNR ○ Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas José Relvas (APEEAEJR) ○ UCC ○ Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)

Eixo V – Pessoas Idosas

O quinto eixo de intervenção contempla ações que visam a promoção de um envelhecimento saudável e ativo, nomeadamente, o combate ao isolamento social e à solidão e a promoção de uma maior qualidade de vida e bem-estar da população idosa.

A requalificação e readaptação dos equipamentos sociais existentes ao grau de dependência da população idosa e o alargamento da resposta de ERPI nas IPSS existentes no concelho (Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça - ARPICA e Fundação José Relvas - FJR), podem funcionar enquanto fatores de suporte a este tipo de população-alvo.

O isolamento social e a solidão das pessoas idosas só podem ser combatidos com o conhecimento da realidade desta população, para isto, pretende-se caracterizar as necessidades da população idosa, identificar quem se encontra isolado, sem retaguarda familiar e quais as suas pretensões para uma maior participação na comunidade. Este isolamento social também pode ser combatido com a reativação da Universidade Sénior que visa: promover atividades culturais, recreativas, desportivas, de lazer e de convívio; proporcionar à população idosa condições para o seu bem-estar social e psicológico; proporcionar a frequência de aulas, cursos e outras iniciativas, onde os seus conhecimentos possam ser divulgados, valorizados e ampliados; promover a divulgação da história, das ciências, das tradições e das artes entre os alunos; fomentar e apoiar o voluntariado social e garantir um polo de informação e divulgação de direitos e apoios sociais existentes.

Os cuidadores formais são uma parte fundamental a incluir neste eixo, pois são estes que cuidam e dão apoio à população idosa mais dependente e, para que esta resposta seja mais adequada, são necessárias formações especializadas.

Eixo V – Pessoas Idosas

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Entidades
<p>Melhorar as condições de vida das pessoas idosas assegurando a prestação de serviços básicos e minimizar o risco de isolamento geográfico e social</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar as respostas sociais existentes, principalmente em ERPI 2. Prevenir e combater o isolamento social 3. Capacitar cuidadores formais 4. Promover a divulgação de direitos e dos apoios sociais existentes 	<ol style="list-style-type: none"> 1.1. Candidatura para resposta social de ERPI; 2.1. Caracterizar as necessidades da população idosa; 2.2. Reativar Universidade sénior; 2.3. Promover atividades de proximidade; 3.1. Ações de formação especializada para os cuidadores formais; 4.1. Ações de divulgação para a população idosa. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ CMA ○ IPSS (ARPICA, FJR) ○ ISS ○ JFA ○ Associações ○ GNR ○ UCC ○ Privados

Eixo VI – Empregabilidade

A taxa de desemprego registada no concelho continua a ser um foco de intervenção. Os principais problemas identificados para o desemprego são: o trabalho sazonal, no qual as taxas de desemprego são mais elevadas nos meses de inverno; a baixa escolaridade da população; a ausência de formação/qualificação profissional e a insuficiente rede de transportes em horários que coincidam com horários por turnos e fins de semana.

Neste âmbito, considera-se que o foco de intervenção do PDS deverá centrar-se numa mobilização mais intensa dos instrumentos e mecanismos de suporte à orientação profissional e inserção de ativos desempregados no mercado de trabalho, numa melhor articulação entre as empresas locais/regionais e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), para isto, é imprescindível o contributo das empresas. Para além deste encontro de necessidades, é importante que a população frequente programas com o objetivo de aumentar o seu nível de escolaridade.

Outra aposta é a análise entre as empresas locais para a possibilidade de articulação de transporte privado à população que não possui transporte próprio e que trabalhe por turnos/fins de semana.

Eixo VI - Empregabilidade

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Entidades
<p>Promover a inserção e reinserção profissional para combater o desemprego</p> <p>Aumentar a qualificação/formação da população adulta em idade ativa</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgar programas e medidas de apoio ao emprego e oferta formativa disponível 2. Capacitar, qualificar e formar de acordo com as necessidades do mercado de trabalho local/regional 3. Melhorar rede de transportes 4. Promover a aprendizagem ao longo da vida 	<ol style="list-style-type: none"> 1.1. Ministrar sessões de informação coletiva; 2.1. Ajustar a formação profissional com as necessidades do mercado de trabalho local/regional; 3.1. Analisar entre as empresas do concelho a possibilidade de articulação de transporte privado; 4.1. Promover Processos Qualifica. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ IEFP ○ GIP ○ CMA ○ Empresas locais/regionais

Eixo VII – Saúde

O serviço de saúde é sempre fundamental junto de todas as populações, como tal, é essencial que este seja eficaz e eficiente. Considerando o DS de 2024, o quadro de médicos encontra-se completo, mas este eixo está identificado neste PDS pelo facto de ser necessária uma maior e melhor intervenção na saúde mental, que é cada vez mais preocupante na população.

Sensibilizar para a problemática da saúde mental e para o “Top 10 das doenças” mais frequentes no concelho, destacadas no DS, é uma estratégia deste eixo que permite à população um maior conhecimento e uma maior prevenção, de modo a não agravar o problema.

Eixo VII - Saúde

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Entidades
Melhorar a qualidade de vida dos utentes	<ol style="list-style-type: none">1. Promover planos de sensibilização nas áreas de saúde identificadas como mais problemáticas2. Promover a saúde mental da comunidade	<ol style="list-style-type: none">1.1. Ações de sensibilização para os problemas identificados;2.1. Ações de sensibilização para a problemática da saúde mental;2.2. Avaliação e intervenção multidisciplinar.	<ul style="list-style-type: none">○ UCC○ Unidade de Saúde Familiar (USF)○ CMA○ IPSS○ AEJR

Eixo VIII – Segurança

O objetivo geral deste eixo é a promoção da segurança pública, mais especificamente a problemática da violência doméstica, das burlas e da segurança rodoviária.

Estrategicamente, este eixo, incide em ações de prevenção, de informação e de sensibilização abrangendo todas as faixas etárias para que todos conheçam e entendam os seus direitos e deveres como cidadãos inseridos numa comunidade.

Eixo VIII - Segurança

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Entidades
Promover a segurança pública	<ol style="list-style-type: none">1. Combater a violência doméstica2. Sensibilizar a população sobre as burlas3. Promoção de segurança rodoviária	<ol style="list-style-type: none">1.1. Dinamizar ações de prevenção da violência doméstica;2.1. Ações de informação sobre burlas;3.1. Ações de sensibilização sobre segurança rodoviária para a população em geral.	<ul style="list-style-type: none">○ GNR○ CMA○ CPCJ○ AEJR○ APAV○ IPSS○ ISS○ UCC○ CLAIM

Nota Final

O Plano de Desenvolvimento Social, assim como todo o trabalho desenvolvido no âmbito da Rede Social do concelho de Alpiarça, não é um plano estratégico inalterável, deverá sofrer ajustamentos, permitindo a inclusão de novas iniciativas, metodologias e também novas parcerias de acordo com as necessidades locais. Neste sentido, e perante uma avaliação aos eixos definidos no Diagnóstico Social, considerou-se conveniente proceder a alterações e adequar o PDS à realidade que tem vindo a ser debatida pelos parceiros do concelho, visando, dessa forma, uma intervenção mais pertinente.

Anualmente, de modo a operacionalizar as estratégias de intervenção definidas neste documento, proceder-se-á à elaboração de um Plano de Ação que integre as principais ações a desenvolver, os seus destinatários, os indicadores e metas, a calendarização, bem como as entidades parceiras.